

A. I. N° -206961.0035/00-0
AUTUADO -C. N. DA SILVA
AUTUANTE -MARIA CRISTINA MASCARENHAS DE SOUSA ANDRADE
ORIGEM -INFAZ ITABUNA
INTERNET -22. 05. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0176-04/03

EMENTA: ICMS. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Restou comprovado que o saldo credor a transportar para o período seguinte foi equivocadamente consignado como imposto a recolher. Infração não caracterizada. Auto de Infração IMPROCEDENTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 15/09/00, exige ICMS, no valor de R\$ 3.282,60, em razão da falta de recolhimento do imposto no prazo regulamentar referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 12) e alegou que, por um equívoco, na página 16 do seu livro Registro de Apuração de ICMS (RAICMS), lançou o valor do saldo credor a transportar para o período seguinte como sendo imposto a recolher. Como prova de sua alegação, anexou, às fls. 13 a 51 dos autos, cópias do livro RAICMS e de DMAs.

Na informação fiscal (fl. 57), a autuante afirma que, por um lapso, deixou de observar o equívoco citado pelo autuado. Ao final diz que retifica a infração indicada.

VOTO

Trata a presente autuação de imposto lançado e não recolhido. O autuado alega que lançou o valor do saldo credor como sendo imposto a recolher e, como prova dessa alegação, anexa fotocópia do seu livro RAICMS e de DMAs.

Analisando as fotocópias do livro RAICMS apresentadas pelo autuado, constato que assiste razão ao contribuinte, pois o valor exigido na presente autuação foi decorrente de um erro de escrituração do citado livro fiscal. Conforme se constata à fl. 47 dos autos, no mês de julho de 1999, o autuado não tinha imposto a recolher. Todavia, equivocadamente, ele lançou o valor do saldo credor a transportar para o período seguinte como sendo imposto a recolher. Esse fato não causou repercussão no recolhimento do tributo.

Considero, portanto, que a infração em lide não ficou caracterizada. Ressalto que esse meu entendimento é corroborado pela própria autuante, quando, na sua informação fiscal, reconhece que não observou o equívoco cometido pelo autuado.

Em face do acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 206961.0035/00-0, lavrado contra **C. N. DA SILVA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de maio de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR